

MULTIFUNCIONALIDADE E POLISSEMIA DO *ENTÃO*: UM ESTUDO PANCRÔNICO

Ana Beatriz Arena (UFF)

1 INTRODUÇÃO

Os estudos funcionalistas permitem um novo olhar sobre as categorias lingüísticas, ressaltando a influência do contexto nos padrões de uso de um termo. Assim, de acordo com vários lingüistas que se dedicaram ou dedicam às pesquisas sobre gramaticalização, entre eles, Meillet, na França, Heini e Claudi, na Alemanha, e Givón, Hopper, Traugott e Bybee, nos Estados Unidos, a língua não pode ser analisada senão como um objeto sujeito a pressões de uso, decorrentes das diferentes situações comunicativas, havendo interdependência entre os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática.

A existência hoje, por exemplo, de formas com a mesma etimologia apresentando funções e valores diferentes evidencia que as gramáticas das línguas passam por remodelação, de modo que usos antigos podem assumir, de forma linear e sucessiva, funções e valores novos. Essa mudança lingüística inscreve-se no quadro da lingüística funcional como um processo associado à gramaticalização e demonstra o aspecto não estático da gramática. Isso significa que o uso da língua passa por um processo de regularização em uma trajetória unidirecional – do discurso à gramática, do concreto para o abstrato. Nessa perspectiva, a gramática está num contínuo fazer-se, revelando-nos a relativa instabilidade da estrutura lingüística.

Por outro lado, as pesquisas no âmbito da mudança lingüística apontam, também, que as diferentes funções e valores de uma mesma forma presentes na sincronia atual podem não constituir novos usos, sendo, na verdade, usos que já ocorriam em sincronias anteriores. Neste caso, o que se verifica é estabilidade sintático-semântica no emprego de uma mesma forma, revelando regularidade no conjunto de usos de um elemento em sincronias diferentes. Além disso, é possível que os diferentes valores dos elementos lingüísticos estejam, de algum modo, previstos uns nos outros; assim, ao lançar mão de um dos valores de uma determinada forma, o usuário, automaticamente, potencializa os outros.

Este trabalho toma como base o arcabouço teórico funcionalista, no qual se inserem os estudos de gramaticalização, e os aplica na investigação da multifuncionalidade e da polissemia encontradas na trajetória do *então* desde o português arcaico até o português moderno.

Embora seja reconhecido como advérbio de tempo prototípico, esse termo aparece constantemente empregado, tanto na modalidade falada, quanto na escrita, como um articulador de partes do texto. Sua ocorrência como nexos conclusivos, por exemplo, sempre nos chamou a atenção, uma vez que vários gramáticos, em especial os mais tradicionais, como Cunha & Cintra (2001), Cegalla (2000) e Rocha Lima (1992), não o arrolam entre as principais conjunções conclusivas, reservando-lhe apenas a categoria dos advérbios. Porém, ao longo de nossa experiência profissional, observamos que tal omissão não impede que os usuários da língua portuguesa empreguem o *então* com funções próprias de um articulador de texto. Ademais, em suas produções textuais, orais ou escritas, eles o empregam como operador argumentativo com bastante frequência.

A hipótese inicial desta pesquisa era que o termo estivesse passando por um processo de gramaticalização sucessiva e unidirecional. Desse modo, a sua ocorrência como conector configuraria um uso novo na língua, diferentemente do seu emprego anafórico como advérbio, que estaria presente desde o início de sua trajetória.

Todavia, à medida que a pesquisa prosseguia, as primeiras análises do material selecionado para organização do *corpus* revelaram que o emprego do *então* como articulador

de partes do texto já se fazia presente no século XIII e que, a partir do século XV, ainda no período arcaico, portanto, era possível verificar sua ocorrência como operador argumentativo. Constatou-se, assim, que, em textos escritos do português arcaico, o termo apresentava polissemia semelhante à que encontramos em seus usos atuais.

Diante disso, a pesquisa tomou outro rumo e foi necessária a elaboração de duas novas hipóteses:

- a) existe regularidade no conjunto de usos do *então* em sincronias diferentes, fazendo-nos crer que somente por meio de um estudo pancrônico – que conjugue as dimensões temporais sincrônica e diacrônica – podemos encontrar respostas mais adequadas às questões que aqui se colocam;
- b) esses padrões de uso estão diretamente relacionados com o contexto lingüístico em que cada valor sintático-semântico do *então* ocorre.

Com o intuito de investigarmos se nossas hipóteses podem ser confirmadas, ou não, traçamos dois objetivos. O primeiro é demonstrar que o caráter multifuncional e polissêmico do *então* não é decorrente de novos usos; remonta aos textos escritos do português arcaico. Apresentamos o item em estudo como participante de um processo de mudança lingüística que investiga, simultaneamente, o princípio da unidirecionalidade – o qual ampara a análise que fazemos da trajetória de gramaticalização do *então*, de um valor mais concreto (tempo) para outro mais abstrato (texto) (Traugott & Heine, 1991, *apud* Furtado da Cunha, Costa & Cezario, 2003:54) – e o princípio da extensão imagética (Votre & Oliveira, 2007) – auxiliar na investigação da polissemia e multifuncionalidade do termo em uma mesma sincronia e ao longo de sincronias diferentes.

Como segundo objetivo, procuramos demonstrar que os múltiplos valores e funções do *então* não ocorrem aleatoriamente; pelo contrário, diferentes situações de comunicação determinam seus diferentes usos. No caso, por se tratar de uma pesquisa cujo *corpus* se constitui de textos na modalidade escrita, consideramos situações de comunicação, ou contexto discursivo, as diversas seqüências tipológicas – narrativa, descritiva, explicativa/expositiva, argumentativa ou injuntiva/instrucional. Suas especificidades serão investigadas, de modo que se possa demonstrar que o uso do *então* como, por exemplo, advérbio de tempo ou operador argumentativo pode ter como motivação os contextos lingüísticos em que cada uma dessas possibilidades se manifesta.

Para cumprirmos essa tarefa, pautamo-nos não só na teoria funcionalista, mormente no que se refere às questões de gramaticalização, metáfora, metonímia e princípio da extensão imagética, como também na teoria dos gêneros e tipos textuais. Ambas as teorias mostram-se complementares na comprovação das hipóteses e cumprimentos dos objetivos que levantamos e traçamos para esta pesquisa. O funcionalismo procura dar conta das questões que tratam da unidirecionalidade e, ao mesmo tempo, estabilidade no processo de metaforização do *então*, ao passo que o estudo das seqüências tipológicas aponta-as como contextos situacionais que, metonimicamente, predispõem o emprego do termo com diferentes valores sintático-semânticos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO

Divergindo do estruturalismo saussureano, que propõe aos estudos lingüísticos a distinção *langue* e *parole* – em que a primeira é entendida como uma entidade autônoma, uma estrutura, e constitui sozinha o objeto de estudo da lingüística (Saussure, s/d) –, o pólo

funcionalista apresenta-nos a língua como um sistema funcional, sendo utilizada para um determinado fim e estando sujeita a pressões contextuais, as quais atuam na sua estrutura gramatical. Segundo Talmy Givón, cuja influência tem sido decisiva nos estudos funcionalistas brasileiros, “a sintaxe existe para determinar uma certa função, e é esta função que determina sua maneira de ser” (Givón, 1979b, *apud* Martelotta & Areas, 2003:24). De acordo com o funcionalismo, não há como separar *langue* de *parole*.

A noção de arbitrariedade do signo perde sua força quando a língua passa a ser analisada em seu contexto de uso, podendo-se observar, neste caso, a existência de um processo que leva em conta a função para se criarem novos rótulos para novos referentes. No campo da sintaxe, por exemplo, a tendência é postular-se a não arbitrariedade do signo lingüístico, pois, de acordo com a concepção funcionalista, a sintaxe é uma estrutura em constante mutação, dependente dos contextos discursivos em que a língua se manifesta. Revela-se, aqui, uma relação natural, não arbitrária, entre forma-função, levando-nos ao conceito de iconicidade.

Segundo Hopper & Traugott (1993:26), iconicidade é “a propriedade de similaridade entre um item e outro”, princípio que garante a não arbitrariedade. Ademais, como a linguagem é uma faculdade humana, a suposição funcionalista é que a estrutura da língua possa, de algum modo, refletir a estrutura da experiência, a que ambos os autores denominaram “iconicidade diagramática” (Hopper & Traugott, 1993:26). Assim, o princípio da iconicidade prevê motivação entre forma e significado.

Por sua vez, a dicotomia diacronia/sincronia, conforme proposta por Saussure, não resiste, igualmente, à orientação da pesquisa funcionalista, a qual aponta para a necessidade de a investigação histórica dos fatos da língua dar-se em associação com a descrição sincrônica de cada processo. Um estudo que leve em conta essa interdependência conduz-nos a uma abordagem pancrônica da língua, sendo possível uma compreensão mais ampla dos fenômenos lingüísticos investigados (Furtado da Cunha, Oliveira & Votre, 1999).

Quando cotejamos crônicas escritas nos séculos XIV, XVI e XX, por exemplo, constatamos que a multifuncionalidade e a polissemia do *então* não são oriundas de usos novos; já estavam presentes em textos desde o português arcaico, o que nos revela haver regularidade no conjunto de usos desse termo em sincronias diferentes.

Portanto, ao não restringirmos nossos estudos a pontos específicos no tempo, conjugando ambas as dimensões temporais – sincrônica e diacrônica – da investigação lingüística, obtemos uma descrição mais densa dos padrões de mudança lingüística, sendo possível verificar os aspectos que se mantêm constantes ao longo do tempo e que são passíveis de se gramaticalizar. Nesse caso, estaremos lançando mão de uma abordagem pancrônica, afinal, conforme Furtado da Cunha, Oliveira & Votre (1999):

Estudar mudança lingüística – intrínseca à gramaticalização – envolve a pesquisa e a comparação de estágios lingüísticos distintos, utilizando modelos ou teorias desenvolvidos nas pesquisas sincrônicas. Por outro lado, esses modelos podem ser testados a partir de dados históricos, e só podem ser considerados completos se permitirem a incorporação da mudança na gramática.

2.2 GRAMATICALIZAÇÃO

De acordo com Gonçalves *et alii* (2007:19), estudos passíveis de ser identificados como de gramaticalização têm em Meillet, na França, sua figura central. A partir de então, surgiram vários lingüistas que se dedicaram às pesquisas sobre gramaticalização, entre eles Heini e Claudi, na Alemanha, e Givón, Hopper, Traugott e Bybee, nos Estados Unidos.

Ainda segundo Gonçalves *et alii*, todos esses estudiosos partilham o mesmo pensamento no que se refere a dois pontos:

- (i) fazem a distinção entre itens lexicais, signos lingüísticos plenos, classes abertas de palavras, lexemas concretos, palavras principais, de um lado, e itens gramaticais, signos lingüísticos “vazios”, classes fechadas de palavras, lexemas abstratos, palavras acessórias, de outro;
- (ii) consideram que as últimas categorias tendem a se originar das primeiras. (Gonçalves *et alii*, 2007:19)

Em síntese, gramaticalização é o processo pelo qual categorias lexicais passam a categorias gramaticais ou pelo qual categorias menos gramaticais passam a categorias mais gramaticais (partículas, afixos, preposições, conjunções). Dessa forma,

a gramaticalização é interpretada como um processo diacrônico e um contínuo sincrônico que atingem tanto as formas que vão do léxico para a gramática como as formas que mudam no interior da gramática. (Furtado da Cunha, Costa & Cezario, 2003:53)

2.2.1 Princípio da unidirecionalidade e mecanismos de gramaticalização: metáfora e metonímia

Entendendo princípio como preceito ou lei geral, a gramaticalização teria um único e fundamental princípio, o da unidirecionalidade, segundo o qual, a língua, em um *continuum* unidirecional, parte de um estágio mais concreto para um mais abstrato, conforme a seguinte escala sugerida por Traugott & Heine (1991, *apud* Furtado da Cunha, Costa & Cezario, 2003:54): espaço > (tempo) > texto. São estágios que caracterizam a mudança do lexical > gramatical ou do menos gramatical > mais gramatical.

Uma vez que, no português arcaico, o *então* já não apresenta sentido espacial, seu uso como advérbio de tempo seria sua manifestação mais concreta e menos gramatical, ao passo que o seu emprego como operador argumentativo, em função textual de conjunção conclusiva, seria a sua manifestação mais abstrata, portanto mais gramatical.

Segundo Heine (1994, *apud* Gonçalves *et alii*, 2007, p.42), “para se dar conta da gênese e desenvolvimento de categorias gramaticais, é necessário analisar a manipulação cognitiva e pragmática”, devendo-se observar a transferência conceptual e os contextos que favorecem uma reinterpretação, com base em dois mecanismos:

- a) a metáfora ou transferência conceptual, que aproxima domínios cognitivos diferentes;
- b) a metonímia, ou motivação pragmática, que envolve a reinterpretação induzida pelo contexto.

Ambos os mecanismos encontram-se presentes no processo de gramaticalização do *então*. A metáfora, processo unidirecional de abstratização crescente, responde pela polissemia que o termo apresenta decorrente da transferência conceptual tempo > conclusão, partindo de um domínio cognitivo mais concreto para outro mais abstrato.

A metonímia, por sua vez, é o mecanismo responsável pelas diferentes reinterpretações do *então* induzidas pelas seqüências tipológicas em que o termo ocorre. Em nosso estudo, essas seqüências configuram elemento muito importante do contexto discursivo, e a hipótese é que uma seqüência narrativa, por exemplo, permita a interpretação do *então* como um conector de seqüencialização, ao passo que uma seqüência argumentativa o reinterprete também como um conector, mas agora na função de operador argumentativo. Essas possíveis reinterpretações do *então* encontram amparo naquilo que Traugott & König (1991:194) chamam de inferência por pressão de informatividade, predominante na gramaticalização de operadores argumentativos.

2.2.2 Unidirecionalidade e estabilidade na trajetória do *então*

Em seu percurso pelas diferentes sincronias aqui analisadas, nosso objeto de estudo apresenta comportamento sintático-semântico multifacetado, como dêitico temporal (*então* = naquele tempo), categoria de origem, e articulador de partes do texto, seja como operador de seqüencialidade, seja como conjunção conclusiva, estabelecendo relação de causa e consequência ou argumentativa. Como resultado dessa multifuncionalidade e polissemia, o *então* tem o seu escopo aumentado, pois, em sua categoria fundante, a sua referência é, geralmente, limitada ao verbo; quando atua como conjunção, abarca uma porção maior do discurso. Por outro lado, o item passa a ser usado de forma cada vez mais abstrata e fixa na língua, e a tendência é que, em função textual, o *então* comece a perder algumas restrições próprias do seu uso canônico, como a movimentação no enunciado.

Todavia, a visão de que esses usos do *então* adquiriram os valores temporal e textual de maneira unidirecional e sucessiva não deve ser a única a orientar esta pesquisa. Na verdade, o padrão de usos do *então* apresenta grande estabilidade nos diferentes estágios de evolução do português, com configurações sintático-semânticas muito próximas em todas as sincronias estudadas, em que construções mais abstratas coexistem com construções mais concretas.

Diante dessa constatação, verificamos que, paralelamente a um dos princípios básicos do fenômeno da gramaticalização – a unidirecionalidade –, encontramos “evidências favoráveis ao princípio de extensão imagética instantânea, e não desenvolvida na linha do tempo”, conforme propõem Votre & Oliveira (2007) em estudo sobre a perspectiva pancrônica.

Nosso interesse nesse princípio reside no fato de que, no processo de gramaticalização do *então*, as diferentes seqüências tipológicas em que ele pode ocorrer constituem-se em contextos situacionais, tornando possível o emprego desse elemento lingüístico conforme suas várias possibilidades e potencialidades, evidenciando sua polissemia e multifuncionalidade.

Assim, de acordo com o princípio da extensão imagética, proposto por Votre (1999, *apud* Martelotta, 2003:64-65):

A faculdade da metáfora opera de modo instantâneo, disponibilizando todas as possibilidades e potencialidades na mente das pessoas que interagem na comunidade discursiva, ancoradas no contexto situacional de cada interação.

2.3 AS SEQÜÊNCIAS TIPOLOGICAS E SEUS PRINCIPAIS TRAÇOS LINGÜÍSTICOS

Segundo Marcuschi (2005:22), língua é uma atividade social, histórica e cognitiva, de natureza funcional e interativa, e, como tal, deve ser tratada em seus aspectos discursivos e enunciativos, e não em suas peculiaridades formais. Em virtude de existirem modos diversos de interação ou interlocução comunicativa, podem ocorrer também diferentes gêneros de texto como resultado dessa interação, bem como diferentes tipos, ou seqüências, textuais.

De acordo com a literatura especializada no assunto, os gêneros textuais são entendidos como componentes da interação social e caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais (Adam, 1992, *apud* Bonini, 2005:215; Marcuschi, 2005:19). Travaglia (2007:104) apresenta-nos alguns exemplos de gêneros textuais, que resumimos a seguir:

a) correspondência (ou epistolar) – identificável pela função social de permitir a troca de informação;

- b) notícia ou reportagem – cuja função social é manter o interlocutor atualizado com os fatos acontecidos em uma determinada região, país ou no mundo;
- c) gênero didático – que tem como função social o objetivo específico de ensinar;
- d) gênero oratório – que se caracteriza pela finalidade de “convencer inteligências e influenciar ou persuadir vontades” (Tavares, 1974:151, *apud* Travaglia, 2007:104-105).

Como se pode observar, os gêneros caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas particularidades lingüísticas.

Já as seqüências configuram-se como esquemas em interação dentro de um gênero, no qual se realizam mediante pressões de ordem discursiva. Definidas pela natureza lingüística de sua composição – aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas –, em geral abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como narração, argumentação, exposição, descrição, injunção (Marcuschi, 2005:22).

Deve-se ressaltar que um texto tende a ser constituído por um só tipo textual, mas, quando isso não acontece, pode haver intercâmbio tipológico (Travaglia, 2002:445), isto é, transição de um tipo para outro, em que as seqüências podem se cruzar, articulando-se, de maneira que um texto não é necessariamente “puro”.

Passamos, a seguir, a apresentar detalhadamente as principais características lingüísticas e estatuto dialógico das seqüências tipológicas, que constituem o contexto situacional em que o *então* foi empregado nas sincronias estudadas neste trabalho.

a) Seqüências narrativas – apresentam uma sucessão de fatos reais ou imaginários, tendo, portanto como fundamento, as ações e as pessoas que delas participam; têm como elementos essenciais para a coesão e a coerência os tempos verbais e os advérbios marcadores de tempo e espaço, permitindo a ordenação temporal referencial dos fatos enumerados;

b) Seqüências descritivas – têm como objetivo oferecer ao leitor/ouvinte a oportunidade de visualizar o cenário em que uma ação se desenvolve e os personagens que dela participam; podem ter função subsidiária na construção de outros tipos de textos, seja explicando e situando a ação (na narração), seja comentando e justificando a argumentação; os tempos verbais mais freqüentes são o presente do indicativo no comentário e o pretérito imperfeito do indicativo no relato.

c) Seqüências expositivas (ou explicativas) – apresentam as idéias de forma simultânea, como na descrição; consistem em isolar um elemento do tema tratado, considerado problemático ou difícil, e em apresentá-lo de um modo que seja adaptado às características presumidas do destinatário (conhecimentos, atitudes, sentimentos etc.); apresentam estruturas sintáticas complexas para expressar relações lógicas de causa/conseqüência, contraposição, explicação, comparação, definição etc.; colocam-se na perspectiva do conhecer, abstraindo-se do tempo e do espaço.

d) Seqüências argumentativas – têm como objetivo apresentar com clareza hipóteses, justifica-las com base em argumentos, estabelecer relações lógicas entre os argumentos e contra-argumentos, exemplificar e encaminhar conclusões; direcionam a atividade verbal para convencer o destinatário ou para modificar a visão do outro sobre determinado objeto; nessas seqüências, nota-se a presença de um grande número de recursos lingüísticos que criam estruturas mais complexas do que as observadas nas seqüências narrativas ou descritivas, como as estruturas subordinadas; apresentam conectores de causa/efeito, contradição e conseqüência; vocabulário abstrato; uso do modo subjuntivo; pressuposições e inferências.

e) Seqüências injuntivas (ou instrucionais) – têm o objetivo de detalhar os passos necessários para realizar uma ação, por isso dirigem-se ao destinatário utilizando verbos de procedimento; vêm representadas por verbos no modo imperativo, os quais podem ser substituídos por uma estrutura mais longa, com a indicação do que se “deve” fazer ou como

executar uma ação; apresentam ações indistintamente simultâneas ou não e o tempo referencial é sempre posterior ao da enunciação.

Como se pode observar, as seqüências compõem um conjunto de processos cognitivos – percepção no tempo, percepção no espaço, análise, síntese, julgamento, planejamento – responsáveis pela produção do texto (Bonini, 2005:211), dos quais as potencialidades de manifestação do *então* dependem. Dessa forma, a teoria dos tipos textuais será empregada na demonstração de que, conforme nos esclarece Votre (2006:145),

as dimensões do espaço, do tempo e das relações lógicas tendem mais a conviver e a interpenetrar-se, do que a se disporem linearmente, num *continuum* unidirecional que vai do concreto para o abstrato.

3. METODOLOGIA

Uma vez que esta é uma pesquisa que entende gramaticalização como paradigma e como processo, isto é, não só se preocupa com a maneira como formas gramaticais e construções surgem e como são usadas, mas também se detém na identificação e análise de itens que se tornam mais gramaticais (Gonçalves *et alii*, 2007:16), optamos pela pancronia como possibilidade metodológica.

Como nosso estudo se estende por oito séculos, do XIII ao XX, para constituir um *corpus* tão abrangente, foi preciso recorrer a *corpora* eletrônicos, históricos ou não, disponíveis em diferentes bancos de dados virtuais.

Juntos, os *corpora* pesquisados permitiram a formação de um banco com amostras de diferentes gêneros textuais escritos, desde o português arcaico até o português contemporâneo, em quantidade satisfatória para o nosso propósito. Para tal organização, acatamos a divisão do português em períodos conforme proposta por Camara Junior (1979:18): do século XIII ao XV – período arcaico; século XVI em diante – período moderno.

Em seguida, procedeu-se à organização do *corpus* específico deste estudo, selecionando-se somente os textos que registrassem a ocorrência do *então*. Constam deste *corpus* uma biografia, cantigas; cartas, crônicas – narrativas e argumentativas; editoriais; sermões e tratados, todos proporcionando as diferentes seqüências tipológicas.

A etapa seguinte foi a verificação de ocorrências do *então*. Em todo o *corpus*, levantaram-se 825 ocorrências do termo. Considerando-se que a análise desse total seria, para nosso propósito, desnecessariamente extenuante, decidimos por coletar um determinado número de ocorrências por texto, chegando a um número amostral de 378 ocorrências.

A organização do material se deu conforme o valor sintático-semântico do *então*, agrupando-o, século a século, segundo sua ocorrência como advérbio, conector lógico – estabelecendo relação de condicionalidade ou causalidade –, ou encadeador do discurso – podendo atuar como operador argumentativo ou seqüenciador. Não obstante a criação desse grupo, temos clareza de que raramente a análise do *então* revelou-nos um só valor sintático-semântico; até mesmo seu uso canônico, por vezes, gerou dúvidas. Assim, norteamos-nos pela prototipicidade, isto é, a classificação se deu quando os traços de um determinado papel sintático-semântico foram os mais fortes. Conseqüentemente, inserem-se nos casos imbricados as ocorrências para as quais não conseguimos definir quais seriam os traços prototípicos. Uma vez que, como análise subsidiária, propusemo-nos a examinar o contexto discursivo que propicia, ou motiva, o emprego do *então*, organizamos o *corpus* também por seqüências tipológicas, século a século.

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 COMPORTAMENTO SINTÁTICO-SEMÂNTICO DO *ENTÃO* – SÉCULO XIII AO XX

A seguir, passamos à análise propriamente dos papéis sintático-semânticos assumido pelo *então* em sua trajetória nas diferentes fases da língua portuguesa.

4.1.1 Advérbio

De acordo com Risso (2002:419), em seu uso canônico, o *então* é um constituinte sentencial que remete a marcos temporais anteriores, podendo articular partes tanto da mesma estrutura frástica, quanto de frases distintas. Essa possibilidade de função transfrástica assume importância capital nas relações de sentido e, conseqüentemente, na coesão textual. Nos casos selecionados a seguir, de diferentes sincronias, o *então* apresenta esse comportamento.

- (1) (...)
 Com vossa graça, minha senhor
 fremosa, ca me quer'eu ir
 e venho-me vos espedir
 porque mi fostes traedor;
 ((V5)) ca, havendo-mi vós desamor,
 [e]u vos amei sempr'a servir
 des que vos vi, e des **entom**
 m'houvest'a mal no coração.
 (...)

(Cantiga de Escárnio e Maldizer 5, Fernão Paes de Tamalancos, século XIII)

(2) Até os que navegaram estes mares, como Dedalo os ventos, se perderão: pelo meyo irás seguro, dizia elle a seu filho Icaro: mas como he máo de achar o meyo entre extremos repugnantes, fizeraõ, como Icaro, naufragio em seu vôo por falta de azas, ou de Estrella, que os guiasse. Não estou bem com gente neutral, que tira a dous alvos com a mesma frecha. He impossivel tomar huma não no mesmo tempo dous pórtos: o de Castella estava **entaõ** aberto, o de Portugal fechado; este sem forças para guarecer, quem nelle se acolhia, aquelle com armas, que a todos metiaõ medo.

(*A Arte de Furtar*, capítulo 16, Manuel da Costa, século XVII)

(3) “Dê-me o berço de mata-borrão”, disse eu. Na inocência de seus vinte anos, ela me olhou intrigada: “berço de quê?” Só **então** eu refleti que mata-borrão é uma palavra forte (até violenta) e feia. Trata-se de um papel que serve para absorver tinta.

(*Berço de Mata-borrão*, Rubem Braga, século XX)

Chama a atenção o fato de, no fragmento selecionado em (3), o *então* não estar fazendo a remissão de um marco temporal propriamente, como, por exemplo, a oração adverbial temporal “des que vos vi”, em (1), ou o substantivo “dia”, com valor indicativo de tempo, em (2). Aqui, o *então* resgata uma oração que expressa uma atitude do interlocutor, sem qualquer valor temporal: “ela me olhou intrigada”. Assim, em face de seu caráter fórico-pronominal, é possível para o *então* substituir a oração na estrutura frasal em que ele ocorre, porém, para que seu valor temporal seja preservado, é necessário que se acrescente um elemento de igual valor, como a conjunção “quando”: Só **quando ela me olhou intrigada...** (= Só **então...**).

4.1.2 Conector lógico

Quando usado como conector lógico, o *então* distancia-se do seu emprego canônico e aproxima-se das conjunções, e passa a estabelecer relações lógicas de condicionalidade ou de causa e consequência factual. É o que se verifica nos exemplos a seguir:

(4) TEMPO NONO ((a)) Eno te~po da sentença devem(os) catar que o juyz no~ de´ a sentença aginha, mays deve a dar en scripto [...]. ((c)) E a sentença deve seer dada p(re)sentes as partes ha hua sendo (con)tumax, ca entonce a contumacia a faz p(re)se~te. ((d)) E p(er)o que a parte seya (con)tumax, **se** deryto ha por sy, d(e)ve juyz dar a sentença [e] **ento~** deve a a (con)depnar nas despessas porq(ue) no~ veo e foy revel.

(*Tempos dos Preitos*, autor desconhecido, século XIII)

No exemplo (4), temos a combinação de duas proposições, uma introduzida pelo conector de condicionalidade *se*, que é a antecedente, e outra pelo *então*, que é a consequente. Estabelece-se, nesse caso, uma relação de condicionalidade: se o antecedente é verdadeiro (*se deryto ha por sy*), o consequente também será (**ento~** *deve a a (con)depnar nas despessas*).

Em adição, verificamos em nossa análise que a participação do *então* na estrutura frástica a que pertence não se limita a essa relação. Nesse caso, o *então* participa, ao mesmo tempo, da relação de condicionalidade expressa pela dupla *se ... então* e da relação de causa e consequência que vem em seguida, já que as duas orações finais (*porq(ue) no~ veo e [porque] foy revel*) encerram a causa que acarreta a consequência expressa pela oração em que o termo ocorre (**ento~** *deve a a (con)depnar nas despessas*).

Apresentamos a seguir outra ocorrência do *então* em uma estrutura frástica em que o termo novamente aparece correlacionado, mas não com a conjunção “se”, e, sim, com a conjunção alternativa “ou”.

(5) O governo devia tomar isto em consideração e regular melhor as obrigações da diretoria, ou **então** acabar com ela e substituí-la por outro qualquer meio de administração.

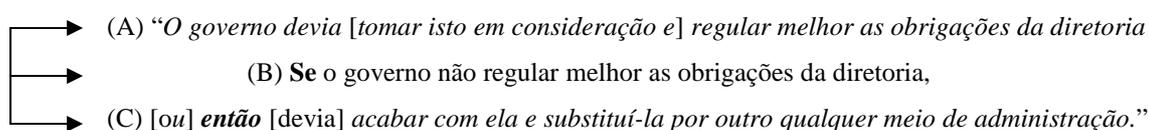
(*Ao Correr da Pena*, Correio Mercantil, 10/12/1854, José de Alencar, século XIX)

Mesmo que não seja de forma explícita, a mesma sucessão lógica do discurso configurada no exemplo (4) está presente nas estruturas representadas em (5). Trata-se de estruturas de disjunção, em que o *então* articula orações que exprimem conteúdos alternativos mutuamente exclusivos (Risso, 2002:423-24). As alternativas são as seguintes:

Alternativa 1 – “O governo devia [tomar isto em consideração e] regular melhor as obrigações da diretoria”;

Alternativa 2 – “**ou então** acabar com ela e substituí-la por outro qualquer meio de administração”.

Ainda segundo Risso (2002:423-24), construções alternativas como as que temos em (5) revelam a síntese final de uma estrutura que, se estivesse plenamente desenvolvida, traria explícita a mesma relação de implicatividade entre proposições contida no exemplo (4). O desdobramento dessa síntese evidenciaria uma construção em que o *então* faria par, mais uma vez, com a conjunção condicional “se”. Vejamos como podem dar-se essas relações em (5):



Ao chegarmos ao final desta etapa da análise, é importante ressaltar que as proposições que encerram relações de condicionalidade ou de causa e consequência são comumente empregadas na linguagem argumentativa. Assim, quando verificamos a ocorrência do *então* expressando relações lógicas, factuais, no nível do *dictum*, pressupomos que o termo esteja a “meio caminho” das relações argumentativas, em que se anuncia uma conclusão, ou inferência, do falante, no nível do *modus*. São estas relações estabelecidas pelo *então* que passamos a analisar no tópico a seguir.

4.1.3 Operador argumentativo

Considerando-se todas as sincronias, este valor sintático-semântico do *então* apresenta uma peculiaridade em sua trajetória: é o único valor do termo que tem o seu uso aumentado regularmente. Embora não possamos afirmar categoricamente que o *então* operador argumentativo é mais usado no português contemporâneo do que se usava no português arcaico, ou até mesmo em sincronias iniciais do português moderno, acreditamos que, hoje, esse valor sintático-semântico seja, com certa frequência, selecionado pelo usuário para expressar um ponto de vista, ou uma inferência a respeito de proposições anteriores.

Passemos à análise de um caso em que o *então* atua como operador argumentativo.

(6) (...) asy de hu~a bamda como da outra, quoaeesquer remdeiros, capitae~es alevantados, ou outros malfeitores que has suas terras se acolhessem, e fossem pedidos que llogo fossem entregues, lhe disse Salvatinia que ahy avya muita raza~o pera quebrar a paaz, porque no reyno do ydallca~o era~o lamçados muitos remdeiros, e devedores a sua alteza, e que lhos mandasse pedir, e que na~o lhos damdo **emta~o** tinha raza~o pera quebrar com elle a paaz, aymda que muytos fora~o contra este conselho.

(*Crônica dos Reis de Bisnaga*, capítulo 7, sem autoria definida, século XVI)

No fragmento apresentado em (6), o *então* participa do processamento textual, fazendo parte de uma circularidade de raciocínio: a argumentação é iniciada com a sentença que indica conclusão de raciocínio – “*ahy avya muita raza~o pera quebrar a paaz*”; em seguida, apresenta-se a razão dessa conclusão, expressa por: “*porque no reyno do ydallca~o era~o lamçados muitos remdeiros, e devedores a ssua alteza*”; por fim, a conclusão inicial é retomada, sendo introduzida por *então*, de forma levemente modificada: “***emta~o*** *tinha raza~o pera quebrar com elle a paaz*”.

Observa-se que, além de expressar a ratificação do que já havia sido concluído no início do raciocínio, o *então* participa, simultaneamente, de uma segunda orientação argumentativa, apresentando a conclusão para uma suposta razão presente na oração condicional: “*na~o lhos damdo*” (= se não os derem).

Portanto, o *então* estabelece relação argumentativa de conclusão ao introduzir um enunciado de valor conclusivo em relação a dois atos de fala que contêm as premissas, uma das quais está implícita, pois se trata de um dado específico da cultura que o fragmento (6) retrata. O silogismo a seguir ilustra essas relações:

Premissa maior: Não entregar os devedores a sua alteza é razão para quebrar a paz.

(Ato de fala A – implícito)

Premissa menor: “[*porque*] no reyno do ydallca~o era~o lamçados muitos remdeiros, e devedores a ssua alteza”

(Ato de fala B – argumento)

Tese ou conclusão: “***emta~o*** *tinha raza~o pera quebrar com elle a paaz*”

(C – conclusão)

O exemplo (7) é fragmento de texto do século XX e apresenta o *então* argumentativo em uma estrutura sintática um pouco diferente da anterior: neste caso, a conclusão ou inferência expressa pelo *então* materializa-se em uma frase interrogativa.

(7) Houve um momento em que se discutiu o preço, e o petiz estava inflexível, quando vindo do quiosque da esquina um outro se acercou. — Ó moço, faço eu; não escute embromações! — Pagará o que quiser, moço. O rapazola sorria. Afinal resignou-se, arregaçou a manga da camisa de meia, pondo em relevo a musculatura do braço. O petiz tirou do bolso três agulhas amarradas, um pé de cálix com fuligem e começou o trabalho. Era na Rua Clapp, perto do cais, no século XX. A tatuagem! Será **então** verdade a frase de Gautier: “o mais bruto homem sente que o ornamento traça uma linha indelével de separação entre ele e o animal, e quando não pode enfeitar as próprias roupas recama a pele”?

(A *Alma Encantadora das Ruas*, Tatuadores, João do Rio, século XX)

À semelhança do que já observamos nos casos analisados anteriormente neste tópico, como operador argumentativo, o *então* introduz uma inferência.

Em (7), após uma seqüência narrativa, o autor sintetiza o fato narrado por meio de uma expressão nominal: “A *tatuagem*”. Essa expressão permite que se faça a transição para a seqüência seguinte, que, em face do que foi narrado, leva o interlocutor a inferir a possível veracidade de uma tese: “Será **então** verdade a frase de Gautier: o mais bruto homem sente que o ornamento traça uma linha indelével de separação entre ele e o animal, e quando não pode enfeitar as próprias roupas recama a pele?”. Dessa forma, ao fazer parte de uma estrutura interrogativa na qual se questiona a veracidade de uma teoria, o *então* atua claramente como operador argumentativo.

Ao final da análise deste tópico, vale destacar que o fato de termos registrado, no período arcaico, duas ocorrências do *então* como operador argumentativo mostrou-se bastante produtivo para nossa pesquisa, pois, por se tratar do uso em que o termo apresenta seu maior grau de abstração, temos possivelmente um indicativo de que a multifuncionalidade e polissemia do *então* não seriam decorrentes de usos “novos”.

4.1.4 Seqüenciador

Quando atua como seqüenciador, o *então* é responsável pelo encadeamento sucessivo dos enunciados, cada um resultante de um ato de fala, ou evento, diferente, dando-lhes uma orientação discursiva e estruturando-os em texto (Koch, 1992). É o que vemos nos exemplos a seguir.

(8) ((Assunto: Esta outra cantiga é de mal dizer dos que derom os castelos como nom deviam al Rei Dom Afonso.))

(...)

((V15)) O que vendeu [i] Faria, para remir seus pecados,
se mais tevesse mais daria; e disserom dous prelados:
– Tu autem, Domine, dimitte aquel que se confonde;
bem esmolou em há vida quem deu Santarém ao Conde.

Ofereceu Martim Diaz aa cruz, que os confonde,
((V20)) Covilhã, e Pero Diaz, Sortelha; e diss’o Conde:
– Centuplum accipitatis de mão do Padre Santo.
Diz Fernam Diaz: – Bem m’ést[e], porque oferi Monsanto.
Ofereceu Trancoso, ao Conde, Roi Bezerra;
falou **entom** Dom Soeiro, por sacar seu filho d’erro:

((V25)) – Non potest filia mea sine patre tuo facere quidquam:
salvos som os traedores, pois bem isopados ficam!

(...)

(Cantiga de Escárnio e Maldizer 88, Airas Peres Vuitorom, século XIII)

Como se pode verificar no exemplo ilustrado em (8), o *então*, em uma seqüência narrativa da cantiga, encadeia dois estados de coisas do mundo real: no primeiro, temos o nobre Roi Bezerra oferecendo o castelo Trancoso ao Conde (de Bolonha, mais tarde D. Afonso III de Portugal) – “Ofereceu Trancoso, ao Conde, Roi Bezerra”; no segundo, o verbo *dicendi* “falou” introduz a fala de Don Soeiro (Bezerra), em defesa do filho – *falou então Dom Soeiro, por sacar seu filho d’erro*.

Observa-se que as ações retratadas no trecho em análise, a saber “oferecer” e “falar”, obedecem a uma ordenação temporal tal qual elas ocorrem na realidade: primeiro houve a oferta do filho, para depois haver a fala do pai; verifica-se, ainda, que os eventos sucessivos são também sucessivamente apresentados no discurso. Portanto, ao relacionar o segundo ato de fala ao primeiro, o *então* atua iconicamente como um encadeador do discurso, propiciando a seqüencialidade de ações que se dão segundo a percepção do locutor/escritor, refletindo algum tipo de motivação externa à estrutura da língua.

Em nossa análise, percebemos, ainda, que é no emprego do *então* seqüencial que mais fortemente percebemos a permanência do papel sintático-semântico do uso canônico. Os exemplos a seguir, representantes do português moderno, ilustram essa característica.

(9) Perguntaram a causa, e respondeu-lhes: A primeira vez me ri, porque vós outros temeis a morte; a segunda, porque, temendo-a, não estais aparelhados; a terceira, porque já lá vai o trabalho e vou para o descanso. Tornou **então** a cerrar os olhos e desatou-se seu espírito.

(*Nova Floresta*, Manuel Bernardes, século XVIII)

(10) Eu disse que queria saber os preços desse serviço, e **então** me disseram para ligar para a garagem, e ali me foi perguntado onde estava o corpo.

(*Berço de Mata-borrão*, Rubem Braga, século XX)

Diante do exposto, um ponto relevante em relação às categorias, além da fundante, propostas para a análise é o fato de que estas não constituem grupos fechados, e sim prototípicos. Trata-se de uma característica importante no estudo do *então*, pois há exemplos, no *corpus*, que podem transitar em mais de uma categoria, o que possibilita maior flexibilidade na análise das ocorrências.

4.1.5 Casos imbricados

Até aqui, temos destacado que os traços sintático-semânticos da forma canônica – anaforicidade, valor temporal, mobilidade – persistem, em maior ou menor grau, em praticamente todas as formas mais gramaticalizadas do termo. Por isso, entendemos que, provavelmente, esta seja a causa de, por vezes, a mesma ocorrência do *então* proporcionar mais de uma possibilidade de análise.

No caso ilustrado a seguir, percebemos no *então* traços que o aproximam, simultaneamente, de um advérbio e de um operador de seqüencialidade.

(11) E, quando lhes nacia filho ou fylha, faziam grande fugueira de lenha bem seca que nom fizesse fumo e trariam o menyno per cima do fogo em cruz tres vezes e **ento~** o avya~ por bautizado e ally lhe poyña~ nome.

(*Crônica Geral de Espanha*, título 49, fôlio 18d, século XIV)

Primeiramente, tomemos o trecho em que o termo ocorre: “*e então~ o avya~ por bautizado e ally lhe poynha~ nome*”. Verificamos que, neste caso, o *então* está retomando uma série de eventos – “faziam grande fugueira”, “tragiam o menyno (...) tres vezes” –, que, em seqüência, representam marcos temporais, sendo possível a substituição de todo o trecho que o antecede da seguinte forma: e **depois da terceira vez** o avya~ por bautizado e ally lhe poynha~ nome. Essa substituição se dá de forma plena e natural, não trazendo ao conjunto qualquer prejuízo sintático-semântico, o que confere ao *então* comportamento próprio dos “proadvérbios” de tempo, que não só retomam marcos temporais anteriores, como também os substituem. Além disso, confirmando a mobilidade característica do uso canônico, seria perfeitamente possível, em uma estrutura hipotética, deslocar o *então* para o meio ou final de cada uma das orações que introduz, seja de forma expressa (“*e então~ o avya~ por bautizado*”), seja de forma elíptica (“*e [então~] ally lhe poynha~ nome*”):

a) *e o avya~ então~ por bautizado; e o avya~ por bautizado então~*

b) *e ally então~ lhe poynha~ nome; e ally lhe poynha~ nome então~*

Todavia, percebemos não ser esta a única leitura possível para o termo no exemplo (11). Ao retomar uma seqüência de eventos, o *então* participa, igualmente, dessa seqüencialidade, sendo possível verificar textualmente uma ordenação icônica dos fatos tal qual eles ocorrem no mundo real: primeiro “*faziam grande fugueira de lenha bem seca que nom fizesse fumo*”; em seguida, “*tragiam o menyno per cima do fogo em cruz tres vezes*”; finalmente “*o avya~ por bautizado e ally lhe poynha~ nome*”. Quando introduz os últimos eventos da seqüência, o *então* antecipa o encerramento do ritual de batizado: “*e então~ o avya~ por bautizado e ally lhe poynha~ nome*”. Há predomínio de orações coordenadas, recurso lingüístico propício ao emprego do termo como seqüenciador. Some-se a isso a co-ocorrência da conjunção aditiva “e” –, que, juntamente com o *então*, ata as orações ou grupo de orações, dando-lhes uma direção continuativa (Risso, 2002:421).

Outra mescla de valores que vale ressaltar é a que apresentamos no caso a seguir:

(12) Quando o pródigo trouxe à memória o muito e bom pão de casa de seu pai, **então** começou a aborrecer a miséria das cascas dos animais de que vivia.

(*Nova Floresta*, Manuel Bernardes, século XVIII)

Nesse exemplo, o *então* advérbio, mais uma vez, mescla-se com um valor sintático-semântico mais gramaticalizado, próximo das conjunções conclusivas: conector lógico.

As duas orações constituem ato de fala único, em que a oração adverbial temporal – “*Quando o pródigo trouxe à memória o muito e bom pão de casa de seu pai*” – expressa, simultaneamente, o tempo, podendo ser retomada e substituída pelo *então* sem qualquer prejuízo para a mensagem, e a razão ou motivo do ato expresso na oração seguinte – “*começou a aborrecer a miséria das cascas dos animais de que vivia*”. O vínculo entre as duas orações é tão forte, que ambos os valores ficam claros mesmo que o *então* desloque-se na oração que introduz ou seja suprimido de toda a estrutura frástica.

Encerramos, aqui, a primeira etapa desta análise, o que não significa que esgotamos as possibilidades de leitura dos valores sintático-semânticos do *então*. Na verdade, há muito ainda que se estudar a esse respeito. Não podemos, porém, deixar de ressaltar que, por se tratar de uma pesquisa pancrônica, a análise recobriu-se de maior amplitude, sendo possível reconhecer, em todas as sincronias estudadas, um *então* altamente polissêmico, multifuncional, híbrido, que não se enquadra em uma só categoria gramatical, podendo haver, entre uma classificação e outra, faixas intermediárias.

4.2 O PAPEL DAS SEQÜÊNCIAS TIPOLÓGICAS NOS DIFERENTES VALORES DO ENTÃO

Nesta seção, damos continuidade à análise do comportamento do *então* do século XIII ao XX, porém nosso olhar se volta agora para a possível influência de cada seqüência tipológica sobre o uso do termo. Atuando como contextos discursivos, as seqüências induziriam, metonimicamente, diferentes reinterpretações do *então*.

Vale destacar que excluimos ocorrências do *então* sempre que este se encontrava em seqüência dialogal, própria da fala. Em poemas, como é o caso das *Cantigas de escárnio e maldizer*, e em cartas, a exclusão se deu por não se verificar nestes dois últimos o predomínio de uma seqüência.

Por fim, alertamos que, nesta seção, analisamos apenas os valores sintático-semânticos do *então* mais representativos de cada tipologia.

4.2.1 Seqüência narrativa

Esta seqüência revelou-se como ambiente propício para os usos do *então* como advérbio de tempo e seqüenciador, uma vez que ambos ocorreram, na maior parte das vezes, nesta tipologia. É possível compreender essa relação quando se considera que os principais traços lingüísticos da seqüência narrativa – sucessão, no tempo, de fatos, eventos, ações ou estados – podem constituir contexto situacional ideal para ambos os empregos do *então*.

Os casos que passamos a examinar a seguir ilustram com clareza esses traços.

- *Então* advérbio

(13) Por morte do Papa Benedicto XI. que faleceu em Italia na Cidade de Perofa, antre hos Cardeaes, que eram presentes ouve difcordia na criaa do futuro Su~mo Pontifice porque huu~s queria, que fosse Italiano, e outros procurava, que Frances fosse, Regnando **entam** em Frana El-Rey Felipe a que por sobre nome dicera Fremozo, (...)

(*Crônica del-Rei D. Diniz*, capítulo 16, Ruy de Pina, século XV)

É possível que a seqüência narrativa nesse exemplo do português arcaico, por apresentar uma sucessão de eventos ou ações, movidos por complicações, constitua um contexto propício para o emprego do *então* em seu uso canônico, já que se trata de uma seqüência em que o fator tempo é fundamental. Nesse exemplo, o evento “*morte do Papa Benedicto XI*” desencadeia novo evento – “*ouve difcordia na criaa do futuro Su~mo Pontífice*” –, que representa a complicação, geradora de novos eventos ou ações. Em adição, verificamos que os tempos verbais predominantes, pretérito perfeito e pretérito imperfeito, destacam-se como dois outros traços lingüísticos prototípicos das seqüências narrativas, contribuindo, igualmente, para que, por pressão de informatividade, o *então* advérbio de tempo seja empregado.

Em nossa análise, observamos que o *então*, quando é reinterpretado como advérbio de tempo em seqüências narrativas, tende a expressar simultaneidade temporal. Na expressão do fato “*Regnando entam em Frana El-Rey Felipe*”, o *então* retoma anaforicamente um marco temporal anterior, que representa outro fato, “*morte do Papa Benedicto XI*”, expressando a simultaneidade dos dois eventos. Pode-se, portanto, fazer a seguinte leitura: na mesma ocasião em que morreu o Papa Benedicto XI, reinava em França El-Rey Felipe.

No exemplo a seguir, representante do português moderno, confirmamos essa predisposição do *então* para expressar eventos simultâneos em seqüências narrativas:

(14) Muytos annos antes do da sua elleyçaõ a mandou a Abbadeça, que **então** era, pedisse a Deos lhe desse a entender se hauia neste convento alg~ua cousa de seu desagrado, (...).

(*Vida e Morte de Madre Helena da Cruz*, Maria do Céu, século XVIII)

- **Então seqüenciador**

Este valor sintático-semântico do *então* é o que mais se aproxima daquele expresso pelo uso canônico, uma vez que é quando participa da seqüenciação de fatos que mais intensamente revela a permanência de traços prototípicos, como, por exemplo, o caráter fórico e a mobilidade na frase. Diferentemente do que observamos sobre o comportamento do *então* advérbio de tempo em seqüências narrativas, o *então*, quando é empregado como operador de seqüencialidade nesse mesmo contexto discursivo, não tende a expressar simultaneidade de situações. Verificamos que, neste caso, um evento (ou um fato, ou uma ação) só começa depois que o outro foi concluído. É o que se pode observar nos exemplos a seguir:

(15) Achegado que foy Açadaca~o, e apresentado na cidade por mamdado d elrey, esteve algu~us dias sem ver elrey atee que da sua parte foy chamado, **enta~o** se foy lla, e fallou com elrey, damdo lhe a descullpa do erro que pello ydallca~o hera passado

(*Crônica dos Reis de Bisnaga*, capítulo 16, sem autoria definida, século XVI)

(16) A velha gemeu profundamente, e, por um jeito de antiga reminiscência, levou as mãos aos olhos como se os tapasse para não ver. **Então** disse com desconsoladas lágrimas na voz: – “A vontade de Deus seja!”

(*Viagens na Minha Terra*, Almeida Garrett, século XIX)

- **Então imbricado**

Em nossa amostra, foi possível reconhecer dez casos de valores imbricados em seqüências narrativas. Vale destacar que, em todos eles, os dois valores sintático-semânticos recorrentes nesta tipologia textual, a saber advérbio e seqüenciador, sempre constituíram um dos elementos do par imbricado, podendo a mescla se dar entre advérbio-seqüenciador; advérbio-conector lógico; advérbio-operador argumentativo ou seqüenciador-conector lógico.

No exemplo a seguir, reconhecemos a seqüência narrativa como contexto situacional propício para a dupla reinterpretação do *então*.

(17) E praticando os Capita~es ambos & os outros companheyros sobre o que se faria neste caso, se concruyo por parecer dos mais, que os inimigos se não fossem tanto a seu saluo, mas que se trabalhasse tudo o possiuel pelos irmos gastãdo com a artilharia ate que fosse menham, porque **então** nos ficaria mais facil & menos perigoso o abalroalos, o que assi se fez.

(*Perigração*, capítulo 3, Fernão M. Pinto, século XVI)

No trecho “*mas que se trabalhasse tudo o possiuel pelos irmos gastãdo com a artilharia ate que fosse menham, porque então nos ficaria mais facil & menos perigoso o abalroalos*”, observa-se no termo a imbricação dos valores sintático-semânticos advérbio e operador argumentativo, uma dupla, em princípio, pouco provável, uma vez que reúne os dois extremos dos possíveis papéis exercidos pelo *então*: o mais concreto e o mais metaforizado, mais abstrato. Para compreendermos o que pode ter motivado essa imbricação, é preciso levar em conta duas vertentes da teoria funcionalista.

De acordo com uma delas, o princípio da extensão imagética, essa possibilidade de duas reinterpretações tão extremas do *então* deve-se ao fato de o usuário ter instantaneamente disponíveis em sua mente todas as possibilidades e potencialidades do termo. Assim, é

possível que tenha ocorrido inferência por pressão de informatividade, predominante na gramaticalização de operadores argumentativos: no exemplo em questão, o valor argumentativo do *então* emerge de um contexto em que seu sentido pode ser inferido do sentido da forma adverbial.

A outra possibilidade de compreendermos a imbricação categoria matriz-categoria “nova” leva em conta um dos princípios da teoria da gramaticalização, segundo o qual as categorias novas originam-se da primeira. Logo, uma vez que as seqüências narrativas constituíram-se na estrutura lingüística em que o valor canônico foi mais recorrente, pode-se supor que elas tenham sido os contextos situacionais de base para a emergência de todos os papéis sintático-semânticos do *então* originados da forma prototípica, entre eles o operador argumentativo. No entanto, não podemos ultrapassar a barreira da suposição, já que seriam necessários estudos mais específicos e aprofundados sobre o tema.

4.2.2 Seqüência descritiva

Esta tipologia textual foi a que menos se apresentou como contexto situacional para o emprego do *então*, tendo sido registrada apenas quatro vezes no século XVI. Isso provavelmente se deve ao fato de, entre os diferentes valores do termo em estudo, o que menos se aplica a este é o papel de caracterizador. Além disso, devemos lembrar que, pelo que se tem em registro, sua origem é temporal, e não espacial, o que também pode ter contribuído para que o *então* não fosse selecionado para um contexto de descrição. Neste, as seqüências são apresentadas, normalmente, desprovidas de tempo e “assenta sobretudo no poder representativo do léxico” (Vilela & Koch, 2001:549).

No exemplo que apresentamos para análise, reconhecemos no *então* um de seus comportamentos mais registrados, que é o de seqüenciador.

- ***Então* seqüenciador**

(18) (...) e depois de darem sua vista, vem trimta e seis molheres d elrey muyto fremosas, cubertas d ouro e perolas, e de muito aljofre, e nas ma~os cada hu~a sua bacia d ouro, e nom hu~a camdeya d azeite acesa, e com aquellas molheres vem todallas porteiras e as molheres d elrey, com suas canas nas ma~os chapadas d ouro e com muitas tochas acezas, e **enta~o** se recolhem com elrey pera dentro (...)

(*Crônica dos Reis de Bisnaga*, capítulo 22, sem autoria definida, século XVI)

É possível reconhecer no fragmento em estudo a descrição não de um ambiente propriamente, mas de personagens: o *então* foi selecionado pelo usuário para encerrar uma seqüência de orações coordenadas que servem de recurso lingüístico para caracterizar as participantes (“*molheres d elrey muyto fremosas*”; “*cubertas d ouro e perolas*”; “*nas ma~os cada hu~a sua bacia d ouro*” etc.) de um processo que marca o encontro do rei com suas mulheres. Naturalmente, se há processo, há seqüencialidade, o que, por si só, pode justificar o emprego do *então* em uma seqüência descritiva.

Outra possível motivação para o emprego do *então* seqüenciador em uma tipologia descritiva é o fato de o trecho ter sido retirado de uma crônica, gênero constituído majoritariamente por seqüências narrativas. Na verdade, conforme Bronckart (1999:235), as seqüências descritivas são quase sempre articuladas (ou inseridas em) outras seqüências, apresentando-se como secundária à seqüência principal. Portanto, no esquema em que a descrição se insere, há uma ordenação icônica de cada “quadro” que é apresentado ao leitor.

4.2.3 Seqüência explicativa/expositiva

A seqüência em estudo concentrou suas ocorrências em sincronias do português moderno, principalmente entre os séculos XVI, XVII e XVIII, tendo sido registrada apenas 23 vezes. É possível que essa baixa freqüência se deva ao fato de esta tipologia não ser um contexto situacional para o qual o *então* seja freqüentemente selecionado; contudo, não podemos deixar de reconhecer que ela abrigou o termo em praticamente todos os papéis sintático-semânticos que nos propusemos a analisar. Há indícios de que, em face de seu processo de gramaticalização, o *então* passe a ser selecionado mais vezes em contextos lingüísticos não considerados ideais para o seu perfil prototípico.

- ***Então* conector lógico**

Considerando-se que a seqüência explicativa/expositiva constitui-se em campo fértil para a expressão das relações lógicas, não é de surpreender que o *então* conector lógico tenha ocorrido nesta tipologia com sua segunda melhor freqüência, com oito casos. A ocorrência deste valor sintático semântico foi registrada nos três períodos da língua portuguesa, sendo o único representante do período arcaico, no século XV.

Os exemplos que seguem ilustram bem essa relação:

(19) Contra a terceira he que diz bem, se todos os Opositores foraõ filhos do mesmo pay, assim como eraõ netos do mesmo avô; porque **entaõ** o mais velho seria o Morgado, Principe, e legitimo herdeiro: mas sendo filhos de diferentes pays, como eraõ, devia-se o direito só áquelle, cujo pay o tinha á Coroa: e como os pays da Senhora Dona Catharina, e D. Filippe, por onde lhes vinha a successaõ, eraõ de huma parte varaõ, e da outra femea, claro está, que o varaõ havia ter o primeiro lugar: e este era o Infante D. Duarte, pay da Senhora Dona Catharina legitima herdeira, por se achar em melhor linha, que Filippe, filho da Emperatriz Dona Isabel irmã do Infante D. Duarte.

(*A Arte de Furtar*, Manuel da Costa, século XVII)

Nesse fragmento, percebemos a dialogicidade própria dos textos expositivos: a Senhora Dona Catarina expõe as razões para que ela seja considerada a legítima herdeira do trono de Portugal, em lugar de D. Filippe. Embora não devamos perder de vista que o propósito dessa explicação é defender um ponto de vista, nesse trecho em especial os traços mais marcantes são os da seqüência em estudo, na qual se expõe a lógica que rege as hierarquias.

Assim, parece-nos que esse contexto discursivo aninha o *então* conector lógico com bastante propriedade, já que a exposição, ou explicação, pauta-se em dados da realidade, factuais portanto.

Observações semelhantes podem ser aplicadas ao uso do *então* conector lógico no seguinte exemplo do século XX:

(20) Para alcançar esse objectivo era necessario dividir o dia em partes eguaes. Dividindo-o por dois teríamos doze horas de trabalho para cada turma, das que se succedessem nas usinas de fôrnos contínuos; dividindo-o por quatro teríamos seis horas para o trabalho de cada uma dessas turmas: pouco serviço para os operarios e muito onus para os patrões; o contrário da (parte apagada) na hypothese. Resolveu-se **então** a dividir o dia por tres, o que redundo no horario operario de oito horas, no chamado regimen dos tres oito: oito horas para o trabalho, oito horas para o sonno e oito horas à disposição do operario para demais mistéres da existencia.

(Editorial E-B-92-Je-003, Correio da Manhã, 1/5/1929, Leão Veloso, século XX)

Como se sabe, os textos ou as seqüências não são necessariamente “puros”; por isso, reconhecemos nesse segundo exemplo traços do texto narrativo, como formas verbais pretéritas. Nesse caso, pode-se dizer que a narração está “a serviço” da exposição. Ademais, por se tratar de um editorial, gênero por excelência argumentativo, verificamos que a seqüência explicativa/expositiva revela-se como um argumento empregado a fim de justificar a necessidade de se dividir o dia em partes iguais a fim de que os operários tivessem o mesmo quinhão na distribuição do serviço.

- **Então imbricado**

Nossa amostra não revelou casos imbricados em seqüência explicativa/expositiva no português arcaico. Os quatro exemplos contabilizados são do português moderno, séculos XVI a XVIII. Passamos a analisar um deles:

(21) De sorte, que quando a terra dá meia volta, **então** descobre o sol, e dizemos que nasce, e quando acaba de dar a outra meia volta, **então** lhe desaparece o sol, e dizemos que se põe.

(*Sermões*, Sermão da Primeira Domingo do Advento, Pde. Antonio Vieira, século XVII)

Mais uma vez, evidenciamos a face dialógica da seqüência explicativa/expositiva, ao prover-se o destinatário de informações sobre um “objeto” – o sol –, apresentando-lhe as “propriedades” – o nascer e o pôr-do-sol. Gramaticalmente, o presente universal, assim como a presença de advérbios e conectores conjuncionais, são imprescindíveis para precisar e relacionar as operações de explicação.

Nesse contexto, o *então* emerge com valores imbricados, podendo-se reconhecer, simultaneamente, a persistência das funções adverbiais, próprias da forma canônica, ao retomar o marco temporal “*quando a terra dá meia volta*”, e o comportamento típico dos seqüenciadores, uma vez que a ação expressa por “descobre o sol” segue-se, em uma ordenação icônica, à ação de dar “meia volta”. O mesmo se aplica à sua segunda ocorrência no trecho em destaque. Assim, ao mesmo tempo em que precisa o momento em que o sol nasce e se põe – “*quando a terra dá meia volta*” e “*quando acaba de dar a outra meia volta*”, respectivamente, o *então* estabelece a conexão entre as ações que se sucedem, obedecendo a uma ordenação linear, em um presente atemporal, o tempo das verdades universais.

Portanto, pode-se dizer que não só o contexto discursivo exerce pressão de informatividade no que se refere à escolha do *então* como auxiliar na transmissão da explicação, como também a própria forma-fonte exerce pressão sobre a forma nova, mais gramaticalizada, podendo, igualmente, favorecer o emprego do *então* pela capacidade que este tem de introduzir desfecho ou encerramento de eventos.

4.2.4 Seqüência argumentativa

Considerando-se todas as sincronias estudadas, esta seqüência tipológica concentra-se no português moderno. Somente quando abriga o *então* operador argumentativo, este contexto lingüístico ocorre no português arcaico. Mais uma vez, não descartamos viés de seleção de gêneros textuais para a formação do *corpus* desta pesquisa.

Como era de se esperar, nesta seqüência o valor sintático semântico de maior ocorrência foi o de operador argumentativo (28), sendo seguido pelo papel de conector lógico (20).

Antes de iniciarmos a análise propriamente desta etapa do trabalho, vale destacar que não registramos ocorrência do termo como operador de seqüencialidade. De acordo com o que se desenhou até agora, essa ausência parece-nos, mais uma vez, refletir a importância do

contexto situacional como fator de favorecimento, ou não, para que os diferentes valores sintático-semânticos do *então* sejam empregados.

- **Então conector lógico**

A seqüência argumentativa foi aquela em que o *então* conector lógico teve maior número de ocorrências (20). Esse achado pode se dever ao fato de esta tipologia textual constituir contexto lingüístico amplamente favorável para o emprego de conectores lógicos, já que o objetivo global da argumentação é o de descrever os processos de lógica natural, isto é, de pensamento ou de raciocínio (Bronckart, 1999:220).

Como novamente não registramos ocorrência deste valor sintático-semântico no português arcaico, os casos que apresentamos a seguir são do português moderno.

(22) Se um amigo atende só a condescender com a condição do outro, não crescem na virtude, antes se pegam os defeitos; porém, se ambos se unem no respeito e observância da lei de Deus e caminho do Céu, **então** se ajudam e reforçam grandemente.

(*Nova Floresta*, Manuel Bernardes, século XVIII)

(23) Neste mundo, onde não faltam motivos de tristeza, é preciso rir ainda à custa das coisas as mais sérias. A não ser isto, provaríamos que o Sr. Ministro do Império, tomando as medidas extraordinárias que reclama a situação, respeitou e considerou o elemento municipal, e deixou-lhe plena liberdade de obrar dentro dos limites de sua competência. Se me contestarem semelhante fato, **então** não terei remédio senão vestir o folhetim de casaca preta e gravata branca, e voltar à discussão com a lei numa mão e a lógica na outra.

(*Ao Correr da Pena*, Correio Mercantil, 29/10/1854, José de Alencar, século XIX)

Ambos os fragmentos apresentam predominância dos recursos lingüísticos próprios de seqüências argumentativas, como a) estruturas complexas, como a subordinada condicional, em que se expressam hipóteses – “*Se um amigo atende só a condescender com a condição do outro*”; “*se ambos se unem no respeito e observância da lei de Deus e caminho do Céu*” ou “*Se me contestarem semelhante fato*”; b) relações lógicas estabelecidas por conectores de contradição – “*porém*” – ou conseqüência – “*então*”.

É justamente nesse contexto discursivo que o *então* é selecionado pelo usuário para estabelecer conexão lógica entre duas proposições em relação de condicionalidade, ou seja, o conteúdo proposicional da oração introduzida pelo *então* é tomado como certo, desde que a condição apresentada na proposição anterior seja satisfeita, como o que se pode atestar em – “*se ambos se unem no respeito e observância da lei de Deus e caminho do Céu, então se ajudam e reforçam grandemente*” ou “*Se me contestarem semelhante fato, então não terei remédio senão (...) e voltar à discussão com a lei numa mão e a lógica na outra*”.

Observe-se que, embora a argumentação seja construída, principalmente, com hipóteses, pressuposições e inferências do falante, nos dois exemplos em análise o *então* ainda não atinge o *status* de operador argumentativo. No primeiro caso, o grau de hipótese é mínimo e seu emprego se dá no nível do *dictum* por estar estabelecendo relações factuais; no segundo, o grau de hipótese é médio, mas as relações de condicionalidade ainda estão bem próximas da realidade externa. Neste caso, o enunciador está com o propósito de persuadir o leitor, para isso faz uma seleção lexical adequada a esse fim: “*lei*” e “*lógica*”, por exemplo, são palavras com alto poder de convencimento; porém, ainda não se verificam as modalizações no discurso, tampouco o *então* está em seu mais alto grau de abstração.

Esse comportamento do termo em estudo é mais um indicativo do processo de gramaticalização pelo qual parece estar passando e é possível que, no *continuum*

unidirecional, este seja o estágio que antecede aquele em que o *então* passa a ser selecionado, por pressão de informatividade, como introdutor de inferências, com valor metafórico bastante acentuado, isto é, como operador argumentativo. É o que passamos a analisar a seguir.

- ***Então* operador argumentativo**

O fato de termos registrado ocorrências do *então* operador argumentativo única e exclusivamente nas seqüências argumentativas, nos três períodos da língua portuguesa, pode não se dever apenas a vieses de seleção. É possível que essa exclusividade se dê por este ser o sentido mais gramaticalizado do termo e por ser o único, dentre todos os outros valores, que ultrapassa o nível da estrutura frástica, atuando como um operador do discurso. Por isso, embora ainda se reconheçam traços da forma fonte e não se possa classificar o *então* categoricamente como conjunção, acreditamos que a sua reinterpretação como operador argumentativo seja induzida pela seqüência argumentativa, que também se caracteriza por ser a que apresenta, dentre todas as outras, o mais alto grau de abstração.

No exemplo que segue, confirmamos essa tendência:

(24) E assim, se El-Rei Nosso Senhor achasse um homem tão grande cortesão como se supõe Francisco de Sousa Pacheco, e tudo junto como o sr. Simão de Sousa de Magalhães, seria **então** a negociação de melhor efeito e de maior crédito. Nesta consideração, sou o primeiro que voto contra mim mesmo, pois quatro anos de assistência em Paris e 32 de estado em Direito, têm laureado em mim muito pouca política e muito pouca jurisprudência.

(*Cartas*, carta 33, José da Cunha Brochado, século XVII)

Ainda que se tenha, normalmente, dificuldade de reconhecer-se uma seqüência tipológica predominante no gênero textual carta, o fragmento ilustrado foi retirado de uma missiva, na qual foi possível reconhecer uma seqüência argumentativa. Além de se perceber a intenção persuasiva do autor na defesa de uma tese, os traços lingüísticos desta tipologia estão, em sua maioria, presentes: a) estruturas subordinadas – “*se El-Rei Nosso Senhor achasse um homem tão grande cortesão como se supõe Francisco de Sousa Pacheco*”; b) inferência – “*seria então a negociação de melhor efeito e de maior crédito*”; c) uso do modo subjuntivo – “*achasse*”.

Neste caso o *então* operador argumentativo foi empregado em um contexto que permite enxergarmos além das relações lógicas factuais que a dupla “se...então” pode expressar. O emprego do pretérito imperfeito do subjuntivo “achasse” e do futuro do pretérito “seria” constitui estratégia modalizadora do enunciador; por sua vez, a presença dos adjetivos “melhor” e “maior” atribuem juízo de valor à inferência introduzida pelo *então*.

Os trechos a seguir reforçam e ilustram com maiores detalhes uma das teses que temos defendido nesta pesquisa: a importância do contexto discursivo, neste estudo reconhecido como as seqüências tipológicas, em que o *então* ocorre.

(25) (...) se bem que pouco vale um livro, quando para merecer algum sufrágio, necessita que primeiro morra o seu Autor; e com efeito é certo que **então** o aplauso não procede de justiça, mas vem por compaixão, e lástima.

(*Reflexões sobre a Vaidade dos Homens*, Prólogo, Matias Aires, século XVIII)

(26) Podem dizer o que quiserem; eu também pensava o mesmo antes de ver aquelas lindas maquininhas que trabalham com tanta rapidez, e até com tanta graça. (...)

(...) Se a deixarem ir à sua vontade, faz uma ninharia de trezentos por minuto; mas, se a zangarem, vai aos seiscentos; e **então**, ao contrário do que desejava um nosso espirituoso

folhetinista contemporâneo, o Sr. Zaluar, pode-se dizer que quando começa a fazer ponto, nunca faz ponto.

(*Ao Correr da Pena*, Correio Mercantil, 3/11/1854, José de Alencar, século XIX)

- **Então imbricado**

As formas imbricadas, como já vimos anteriormente, são aquelas em que mais claramente podemos perceber a gradiência de traços que cada seqüência tipológica permite ao *então* revelar. Na seqüência argumentativa, pudemos reconhecer sete ocorrências do *então* em que os valores sintático-semânticos se mesclavam de forma tal, que nos foi muito difícil perceber qual deles predominava.

O fato de termos registrado casos imbricados em somente três sincronias do período moderno não significa que não existam nos outros séculos. É possível que ou não nos foi possível reconhecer a imbricação, ou houve viés de seleção, ou, ainda, ambos as possibilidades.

Um exemplo em que percebemos que a imbricação de valores pode se dever à seqüência argumentativa é o que segue:

(27) No dia do Juízo não ha-de haver esta dôr, porque ninguem se poderá queixar de se lhe acabar o mundo e a vida, quando igualmente se ha-de acabar para todos, ainda para os que nasceram no mesmo dia. **Então**, S. João no Apocalypse, que se ha-de ouvir a voz de um anjo, o qual diga e apregõe, que se acabou o tempo para sempre:

(*Sermões*, Sermão da Primeira Dominga do Advento, Pde. Antonio Vieira, século XVII)

Na prédica em questão, Vieira, por meio de uma oração explicativa – “*porque ninguem se poderá queixar de se lhe acabar o mundo e a vida*” –, justifica o que se anuncia na que a antecede – “*No dia do Juízo não ha-de haver esta dôr*”. Nesse contexto, a conjunção explicativa “porque” introduz um argumento, orientado para a tese contida na primeira oração. Nessa mesma estrutura frástica, a conjunção “quando”, simultaneamente, expressa causa e tempo na oração que introduz – “*quando igualmente se ha-de acabar para todos*”. Como se pode verificar, trata-se de um fragmento em que as relações de explicação e causa progridem linearmente, entremeadas pela temporalidade, revelada também pela seleção lexical: “No dia” ou “no mesmo dia”.

Encerrando essa linearidade de justificativas, emerge o *então*, bastante afetado pelo ambiente lingüístico em que se insere, no qual se evidenciam, predominantemente, traços do *então* adverbial – que retoma marcos temporais anteriores (“No dia do Juízo”; “quando”; “no mesmo dia”) – mesclados aos do *então* seqüenciador –, que participa de uma seqüencialidade, não de ações, como lhe é mais comum, mas de argumentos.

4.2.5 Seqüência injuntiva/instrucional

Esta seqüência constitui um contexto lingüístico em que o enunciador incita o interlocutor a executar uma ação, seja obedecendo a suas ordens ou conselhos, seja seguindo etapas de um procedimento. Dessa forma, parece-nos bastante coerente que os valores sintático-semânticos reconhecidos para o *então* na tipologia textual em estudo sejam aqueles em que se expressam seqüencialidade, com cinco casos, e relações lógicas de causa e consequência, com quatro, afinal a injunção permite-nos subentender que, se não se obedecer a um comando, sugestão, ou às seqüências de um procedimento, poderá haver consequências.

- **Então seqüenciador**

Como já alertamos anteriormente, a seqüência que mais se revela como motivadora do papel sintático-semântico do *então* seqüenciador é a narrativa. Ainda assim, em alguns contextos discursivos em que se observa descrição ou explicação de processos ou procedimentos, é possível que o usuário selecione o termo em estudo para fazer o encadeamento de ações ou estados. Tomemos o exemplo que segue:

(28) Quando os metais são negros, com poucas veias brancas (que, se são muitas, faz-se com azougue) sendo mui pesados, se moerão, de sorte que o grão maior fique como o de trigo, e em uma furna, como as que se fazem para derreter metais de sinos, se botará chumbo e se lhe dará fogo com fole, até que aquele chumbo se derreta e ponha corado, e **então** se lhe botará a pedra moída, a saber, em meia arroba de chumbo, se poderão beneficiar seis libras de pedra nesta forma.

(*Cultura e Opulência do Brasil*, André João Antonil, século XVIII)

O fragmento ilustrado em (28) claramente apresenta ao leitor o modo de se beneficiarem os metais. Trata-se de uma tipologia textual que tem como característica prover uma resposta à questão “Como fazer?”. Nela, os segmentos organizam as informações relativas a um procedimento. Portanto, o contexto lingüístico que se configura é bastante propício para que o *então* seja selecionado como seqüenciador de ações, encadeando cada uma das etapas a serem seguidas, a fim de que se atinja o objetivo almejado.

O mesmo pode ser observado em outro trecho da mesma fonte:

(29) Isto feito, se bote em uma cuia envernizada um pedacinho daquela terra, do tamanho de uma noz, e com água limpa se irá lavando, até que fique limpa a areia na cuia, para conhecer se o azougue há colhido toda a prata; e se estiver ainda com farelo, se lance mais azougue, como acima. Havendo colhido o azougue toda a prata, já não fará farelo na cuia, e estará toda incorporada. **Então**, se lave todo o monte com muito cuidado, e se lance em um pano de linho novo e se esprema; e aquela bola que ficar se queimará até que se queime todo o azougue, e ficará líquida a prata, e se conhecerá se são os metais de rendimento ou não.

(*Cultura e Opulência do Brasil*, André João Antonil, século XVIII)

- **Então conector lógico**

Para iniciar a análise sobre as motivações para o emprego do *então* conector lógico na seqüência tipológica em estudo, retomamos um fragmento do exemplo (4), representante do português arcaico: “*se deryto ha por sy, d(e)ve juyz dar a sentença [e] ento~ deve a a (con)depnar nas despessas porq(ue) no~ veo e foy revel*”.

Vemos, no trecho em destaque, o *então* participando de relações lógicas de causalidade: o termo introduz as conseqüências (“*d(e)ve juyz dar a sentença [e] ento~ deve a a (con)depnar nas despessas*”) de duas causas, expressas nos enunciados anterior (“*se deryto ha por sy*”) e posterior (“*porq(ue) no~ veo e foy revel*”) ao de sua ocorrência. Apesar de reconhecermos que, em termos cronológicos, a causa antecede a conseqüência, a seqüência injuntiva não se caracteriza pelo encadeamento de ações sucessivas no tempo. Pelo contrário, há, como sói acontecer nesta tipologia, predominância de formas verbais no modo imperativo ou, como no exemplo em questão, em que o imperativo é substituído por “deve”, uma forma mais suave de se expressar comando. Na verdade, esse fragmento aproxima-se de um “manual” de procedimentos voltado para juízes.

Com base nesse aparato de recursos lingüísticos, entendemos haver motivações bastantes que justifiquem o emprego do *então* conector lógico em uma seqüência tipológica cujo caráter dialógico é fazer agir o destinatário – o juiz – em uma determinada direção – “*ento~ deve a a (con)depnar nas despesas*”.

O exemplo que segue também apresenta a mesma dialogicidade, predispondo o usuário a selecionar o *então* conector lógico.

(30) Refleti que nunca pisastes pela primeira vez uma rua de arrabalde sem que o vosso passo fosse hesitante como que, inconscientemente, se habituando ao terreno; refleti nessas coisas sutis que a vida cria, e haveis de compreender **então** a razão por que os humildes limitam todo o seu mundo à rua onde moram, e por que certos tipos, os tipos populares, só o são realmente em determinados quarteirões.

(A *Alma Encantadora das Ruas*, A rua, João do Rio, século XX)

Encerramos aqui a análise do *então* que nos propusemos a fazer. Ao longo desse estudo, pudemos confirmar que a polissemia e multifuncionalidade do termo remontam ao século XIII. Além disso, essa estabilidade nos padrões de uso dos diversos matizes sintático-semânticos do termo pode ser indicativa de que, do português arcaico até o contemporâneo, as escolhas feitas pelos usuários da língua quanto ao emprego do *então* em suas diferentes possibilidades de reinterpretação podem estar relacionadas aos traços lingüísticos predominantes em cada seqüência tipológica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, detivemos nossa atenção no *então*, reconhecidamente um termo heterogêneo, com múltiplas funções e polissemia. Valendo-nos do que preconiza a tradição gramatical a respeito do item e do que nos revelam as investigações funcionalistas, podemos afirmar que o *então* não pertence a uma categoria lingüística discreta. A possibilidade que apresenta de deslizar da categoria de advérbio para a de conjunção, atingindo seu mais alto grau de abstração como operador argumentativo, descortinou um leque de valores sintático-semânticos tão amplo, que, a fim de procedermos a uma investigação que abarcasse tamanha heterogeneidade, recorreremos à Lingüística Funcional. No nosso entender, somente uma investigação que reconhecesse a mudança lingüística como um fenômeno compatível com a dinamicidade de uma língua cuja gramática é sempre “emergente” (Hopper, 1987) poderia nos conduzir não a respostas categóricas, mas a um universo, quase incomensurável, de possibilidades de compreensão da língua portuguesa.

De acordo com a análise que acabamos de fazer, durante a qual voltamos nosso olhar, atentamente, para 378 ocorrências do *então*, pudemos verificar duas polaridades quanto aos valores que o termo apresenta: de um lado, respondendo pelo maior número de ocorrências, encontram-se o *então* advérbio e o *então* seqüenciador; de outro, responsáveis pelo menor número de ocorrências, o *então* conector lógico e o *então* operador argumentativo.

Esse achado revelou-nos que, considerando-se o total de sincronias estudadas, a forma adverbial, dentre as quatro, é a mais selecionada pelo usuário e que o *então* seqüenciador, que vem em segundo lugar, é aquele em que mais se observa a permanência de traços da forma canônica. É possível que seja esta a causa de tamanha proximidade. Quanto à outra dupla, também tivemos algumas constatações. Primeiramente, verificamos que, embora esteja no extremo com menor número de ocorrência, o fato de termos registrado, no português arcaico, o emprego do *então* com valores metaforizados, mais abstratos, com funções diferentes da canônica, indica que nossa hipótese pode ser confirmada: os usos derivados do *então* não são novos. Em segundo lugar, é sutil a diferença entre o conector lógico e o operador

argumentativo, sendo necessário recorrer ao conceito de *dictum* e *modus* para diferenciá-los. Mais uma vez, é possível que também essa proximidade em número de ocorrências se deva a tamanha sutileza.

Além disso, a análise permitiu-nos constatar que há forte intercâmbio de valores entre todas as formas derivadas, sendo, na grande maioria das vezes, praticamente impossível reconhecer um só valor sintático-semântico para o *então*, mesmo quando se trata da forma canônica. Por diversas vezes, foi-nos difícil enquadrar o *então* em uma das categorias utilizadas nesta pesquisa e precisamos distinguir os traços “mais predominantes” para determinar sob que perspectiva ele seria analisado. Mesmo assim, nem sempre conseguimos, tendo sido necessário criar a categoria “casos imbricados”.

Diante dessas semelhanças e diferenças, proximidades e distanciamentos, há indícios de que, em seu processo de gramaticalização, o *então* esteja percorrendo o seguinte *continuum*: advérbio > seqüenciador > conector lógico > operador argumentativo

Desde o início, o conceito de “novos usos” para as formas não canônicas foi-nos objeto de grande interesse. E, ao constatarmos que as formas inovadoras já se apresentavam no século XIII, tornou-se maior ainda nosso interesse em compreender a dupla “unidirecionalidade-estabilidade”. Portanto, o propósito maior deste trabalho foi investigar se, em seu processo de gramaticalização, o *então* vem apresentando estabilidade em seus padrões de uso e se, de alguma forma, esses usos podem ser motivados pelo contexto.

Diante disso, dois mecanismos de gramaticalização se mostraram importantíssimos na análise a que procedemos: metáfora e metonímia (Heine, 1994).

A primeira permitiu-nos reconhecer os diferentes graus de abstratização do *então*, com base nos quais identificamos configurações sintático-semânticas muito próximas em diferentes sincronias, em que construções mais abstratas coexistem com outras mais concretas. Assinalou-se, assim, uma estabilidade funcional no uso do item.

A segunda foi de grande valia na confirmação de que as diferentes reinterpretações do termo podem ser induzidas, ou inferidas, pelo contexto lingüístico em que se insere, a saber as seqüências tipológicas. Os achados indicam haver predominância do uso canônico e seqüenciador na seqüência narrativa e predominância do uso como conector lógico e operador argumentativo na seqüência argumentativa.

Portanto, sem descartar os possíveis vieses de seleção do *corpus*, nem algumas dificuldades encontradas para analisar o *então*, cremos que nosso trabalho se conclui indicando que nossas hipóteses foram confirmadas e os objetivos traçados foram atingidos. Em suma, por meio de uma abordagem panorâmica, foi possível confirmar que:

- a) existe regularidade no conjunto de usos do *então* desde o português arcaico, pois o caráter multifuncional e polissêmico do *então* é registrado em todas as sincronias pesquisadas;
- b) os múltiplos valores e funções do *então* são motivados por diferentes situações de comunicação; isto é, os contextos lingüísticos em que o termo ocorre exercem pressão de informatividade, motivando os diferentes valores sintático-semânticos

Para encerrar, faz-se mister deixarmos claro que esta pesquisa não traz respostas categóricas nem apresenta uma análise cabal do item lingüístico que nos propusemos a analisar. Temos consciência de que apenas iniciamos um estudo que tem ainda muitos caminhos a serem seguidos, como a investigação profunda da freqüência com que o termo ocorre, que remonte ao latim, a fim de vermos se os seus padrões de uso também já se verificavam naquela fase. Merecem maior investigação, também, dois princípios que aparentam ser excludentes, mas que, em nossa pesquisa revelaram-se complementares: o princípio da unidirecionalidade e o princípio da extensão imagética.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONINI, Adair. A noção de seqüência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L., BONINI, Adair, MOTTA-ROTH, Desirée (orgs.) *Gêneros, Teorias, Métodos e Debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRONCKART, J. P. *Atividades de Linguagem, Textos e Discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.
- CAMARA JUNIOR, Joaquim Matoso. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2000.
- CINTRA, Luís Felipe Lindley. *Crônica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1951.
- CUNHA, Celso Ferreira da & CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FURTADO DA CUNHA, Maria A.; COSTA, Marco A. & CEZARIO, Maria M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, Maria A.; OLIVEIRA, Mariângela R.de & MARTELOTTA, Mário E. (orgs.) *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FURTADO DA CUNHA, Maria A.; OLIVEIRA, Mariângela Rios de & VOTRE, Sebastião. *A Interação Sincronia/Diacronia no Estudo da Sintaxe*. Revista D.E.L.T.A, vol. 15, no. 1. São Paulo: 1999.
- GONÇALVES, Sebastião C. L. & CARVALHO, Cristina dos S. Critérios de gramaticalização. In: GONÇALVES, Sebastião C. L.; LIMA-HERNANDES, Maria C. & CASSEB-GALVÃO, Vânia C. (orgs.) *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- GONÇALVES, Sebastião C. L.; LIMA-HERNANDES, Maria C.; CASSEB-GALVÃO, Vânia C. & CARVALHO, Cristina dos S. Tratado geral sobre gramaticalização. In: GONÇALVES, Sebastião C. L.; LIMA-HERNANDES, Maria C. & CASSEB-GALVÃO, Vânia C. (orgs.) *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HOPPER, Paul. *Emergent Grammar*. Bekerley Linguistics Society, 13:139-157, 1987.
- HOPPER Paul & TRAUGOTT, Elizabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambrige University Press, 1993.
- MARTELOTTA, Mário E. A mudança lingüística. In: FURTADO DA CUNHA, Maria A.; OLIVEIRA, Mariângela R.de & MARTELOTTA, Mário E. (orgs.) *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MARTELOTTA, Mário E. & AREAS, Eduardo K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, Maria A.; OLIVEIRA, Mariângela R.de & MARTELOTTA, Mário E. (orgs.) *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- RISSO, Mercedes S. O articulador discursivo “então”. In: CASTILHO, Ataliba T. & BASÍLIO, Margarida (orgs.) *Gramática do Português Falado*. Vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 31. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1992.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 9ª. ed. São Paulo: Cultrix, s/d.

TRAUGOTT, Elizabeth C. & KÖNIG, Ekkehard. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, Elizabeth C. & HEINE, Bernd (eds.) *Approaches to Grammaticalization. Volume I. Focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipologia textual e a coesão/coerência no texto oral: transições tipológicas. In: CASTILHO, Ataliba T. de & BASÍLIO, Margarida (orgs.) *Gramática do Português Falado*. Vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, L., BASTOS, N. & MARQUESI, S. C. (orgs.) *Língua Portuguesa: perspectiva e ensino*. São Paulo: EDUC, 2007.

VILELA, Mário & KOCH, Ingedore V. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Editora Almedina, 2001.

_____. O princípio da extensão imagética, uma nova ótica para a estabilidade lingüística. In: GORSKI, Edair M. & COELHO, Izete L. (orgs.) *Sociolingüística e Ensino – contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

_____ & OLIVEIRA, Mariangela R. de. Para uma teoria pancrônica das atividades lingüísticas. In: FÁVERO, Leonor L., BASTOS, Neusa B. & MARQUESI, Sueli C. (orgs) *Língua Portuguesa – pesquisa e ensino, vol. 1*. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2007.